

REFLEXÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DO TESTEMUNHO NA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA

Victor Augusto Lage Pena¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir a utilização do testemunho na construção historiográfica. Dentro da metodologia de História Oral, historiadores utilizam a memória como fonte histórica, porém tal utilização é bastante complexa. Alguns historiadores discutem inclusive a confiabilidade de um testemunho oral, pensando metodologias que as tornem mais confiáveis. Há também na memória todo um complexo jogo cognitivo das lembranças e emoções que dificultam o trabalho do historiador. Este trabalho consiste portanto em uma discussão metodológica da história que utiliza o testemunho como fonte. Para compreendermos os processos de construção das memórias, utilizamos os conceitos de “memória coletiva” de Maurice Halbwachs e “memória comunicativa” de Aleida Assmann, pois para as humanidades é importante entender a memória como uma construção social, e não apenas uma construção individual. Utilizamos também o conceito de “representação” apresentado por Roger Chartier, pois entendemos a memória como uma representação do passado, e como tal, reconstrói esse passado a luz de interpretações tanto do passado, quanto do presente, o que torna impossível a reconstrução o passado exatamente como foi. Neste artigo também será abordado a questão da emoção da testemunha, principalmente quando trabalha-se com memórias traumáticas, produzidas a partir de acontecimentos-limite, como os regimes ditatoriais na América Latina ou o Holocausto, pois metodologicamente é complicado trabalhar com tais memórias e tais emoções. Estamos falando de pessoas que além de testemunha ocular dos acontecimentos, são vítimas. Para essa discussão final abordaremos a ideia de “produção de presença” apresentada por Hans Ulrich Gumbrecht e a aplicaremos na memória, a fim de discutir a melhor forma de utilização destas memórias na História, além das formas possíveis de escrever a história a partir das fontes orais.

Palavras-chave: Memória; História Oral; Testemunho.

¹ Aluno do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História, nível mestrado, da Universidade Federal de Ouro Preto. (victoraugustopena@hotmail.com)

ABSTRACT

This paper aims to discuss the use of the testimony in the historiographical construction. In the methodology of oral history, historians use memory as a historical source, but such use is quite complex. Some historians even argue the reliability of an oral testimony, thinking methodologies that make them more reliable. There is also, in memory, a whole complex set of cognitive memories and emotions that hinder the work of the historian. This paper consists of methodological discussion of the history that uses the testimony as a source. To understand the processes of construction of memories, we use the concepts of "collective memory" of Maurice Halbwachs and "communicative memory" of Aleida Assmann, because for the humanities is important to understand memory as a social construction, and not just an individual construction. We also use the concept of "representation" submitted by Roger Chartier, because we understand memory as a representation of the past, and as such, this reconstructs the light of past interpretations of both past and present, making it impossible the reconstruction the past exactly as it was. This paper will also address the issue of witness emotion, especially when working with traumatic memories, produced from limit events, like the dictatorial regimes in Latin America and the Holocaust; it is methodologically difficult to work with these memory and emotions. We are talking about people, who besides eyewitness to the events, are victims. To end this discussion we will address the idea of "production of presence" by Hans Ulrich Gumbrecht and will apply in memory in order to discuss the best way to use these memories in history, besides the possible ways to write the story from the sources oral.

Keywords: Memory; Oral History; Testimony.

Introdução

Tendo em vista as dificuldades da utilização da memória oral como fonte histórica, este artigo consiste em uma reflexão sobre a utilização de testemunho em produções historiográficas. Não é o objetivo deste artigo determinar uma metodologia de utilização de testemunhos, mas sim discutir quais seriam as possibilidades, e quais são as problemáticas da utilização deste recurso.

Para iniciar essa reflexão, discutiremos alguns conceitos de memória, entendendo as diferenças conceituais existentes entre alguns autores aqui escolhidos, como Halbwachs (2006), Ricoeur(2007) e Assman (2011). Posteriormente pretende-se traçar possíveis rotas para a utilização do testemunho na construção historiográfica. Estas rotas serão traçadas a luz do conceito de “produção de presença” de Gumbrecht (2010), pois neste artigo será pensado a memória como possível produtora de presença.

Vale frisar que não é objetivo deste artigo traçar o melhor caminho para a utilização da memória, mas pensar caminhos metodológicos alternativos. Afinal, entendendo a História como um estudo das humanidades, não cabe traçar uma metodologia única e fechada, como acontece nas ciências exatas, cabe-nos apenas abrir mais caminhos para a historiografia.

Memória testemunhal

Como o objeto central deste ensaio é o testemunho, temos obrigatoriamente que discutir algumas questões da memória. Quando tratamos de memória nas ciências humanas, sempre recorreremos a uma memória social, pois não nos interessa aqui compreender seu caráter psíquico, como funciona fisicamente a memória humana, e sim como ela funciona em âmbito social, como é capaz de interferir na sociedade e como a sociedade interfere na memória.

Maurice Halbwachs (2006) apresenta o conceito de “memória coletiva”, onde a memória humana está ligada obrigatoriamente a um meio social, a uma coletividade ou a várias coletividades. Neste conceito há uma valorização da memória enquanto construção coletiva, sendo assim, Halbwachs afirma que é impossível lembrar individualmente.

Para construir o conceito de memória coletiva, Halbwachs nos faz um convite a pensar sobre os processos de construção das nossas próprias memórias, a fim de analisarmos se elas foram construídas apenas a partir de nossas impressões, ou a partir das impressões de outrem. Ao fazer tal análise, é notável que dentro das nossas memórias há memórias de outras pessoas. Um exemplo claro dado por Halbwachs (2006, p. 29) é em relação as nossas lembranças de infância, pois ela é construída com base em relatos dados por outros indivíduos que incluímos na nossa memória.

Vale frisar que Halbwachs não nega a existência de uma memória individual, ele apenas traça uma diferenciação conceitual entre a “memória coletiva” e a “memória individual”. Apesar da memória individual apresentar tal nome, não devemos entendê-la como uma memória isolada. Frequentemente, tomamos como referências pontos externos a nós. A memória individual apoia-se nas relações estabelecidas com as percepções produzidas pela memória coletiva (Ibidem, p. 57). A vivência em vários grupos desde a infância estaria na base da formação de uma memória autobiográfica, única, mas apesar de individual, tem interferências de memórias externas.

Admitamos, contudo, que as lembranças pudessem se organizar de duas maneiras: tanto se agrupando em torno de uma determinada pessoa, que as vê de seu ponto de vista, como se distribuindo dentro de uma sociedade grande ou pequena, da qual são imagens parciais. Portanto, existiriam memórias individuais, e por assim dizer, coletivas. (Ibidem, pág. 71)

Halbwachs tenta ilustrar que apesar de cada indivíduo possuir a sua memória individual e, portanto, existirem várias memórias individuais, estas, por sua vez, possuem algo em comum entre si, existindo a partir desde ponto uma memória coletiva, comum a um grupo. Grupos esses que podem ser os mais diversos possíveis dentro de uma sociedade, como a escola, o trabalho, o grupo religioso ou qualquer outra organização formal ou informal dentro da sociedade.

Apesar dos estudiosos de memória reconhecerem o valor das ideias de Halbwachs, este conceito sofreu críticas em estudos mais contemporâneos, como as críticas feitas por Paul Ricoeur (2007) e Aleida Assmann (2011). Nestas críticas, passam a entender a memória como construção social individual, mas não deixando de lado as contribuições que os grupos sociais dão para a construção de tal memória.

Para Paul Ricoeur, o maior problema na ideia da memória coletiva aos olhos de Halbwachs é que os membros de um grupo transitam em outros grupos, gerando, em cada membro, uma memória individual. Neste caso ele reforça a ideia da memória individual, influenciadas sim pelos grupos sociais, mas não pertencente a ele.

O que finalmente enfraquece a posição de Maurice Halbwachs, é seu recurso em uma teoria sensualista de intuição sensível. Esse recurso se tornará mais difícil depois da virada linguística e, mais ainda, depois da virada pragmática efetuada pela epistemologia da história. (RICOEUR, 2007, p. 134).

Após a virada linguística as ideias sobre verdade são amplamente discutidas e questionadas atingindo assim vários conceitos utilizados pelas humanidades, como o conceito de “memória coletiva”. É notável no texto do Halbwachs, que foi escrito antes

da virada linguística, que ele dialoga com uma ideia de verdade baseado em uma verdade, até mesmo quando vai conceituar história, diferenciando-a da memória, há uma ideia cientificista em que a história, enquanto ciência, seria capaz de apresentar a verdade sobre o passado. Por isso que a crítica do Ricoeur se torna pertinente, pois ele mostra uma mudança de paradigmas nas humanidades pós virada linguística, onde tais conceitos, como o de memória devem ser revistos e questionados.

Aleida Assmann por sua vez, não divide a memória em “memória coletiva” e “memória individual”, ela traz para o debate os conceitos de “memória cultural” e “memória comunicativa”.

Há, então, um paralelo entre a memória cultural, que supera épocas e é guardada em textos normativos, e a memória comunicativa, que normalmente liga três gerações consecutivas e se baseia nas lembranças legadas oralmente. (ASSMANN, 2011, p. 17).

Compreendendo estes dois conceitos, é possível enquadrar o testemunho na “memória comunicativa”, afinal esses relatos, ou as ideias contidas neles, são transmitidas de forma oral, atingindo apenas as gerações próximas. Entende-se por memória cultural aquela que é armazenada de forma artificial, sendo os arquivos, a escrita ou qualquer outra forma de perpetuação desta memória. Vale frisar que os testemunhos podem ser transformados em uma memória cultural, caso sejam transcritos, armazenados ou arquivados em arquivos de áudio e/ou vídeo.

Definido minimamente o que vem a ser a memória, resta uma pergunta: o que é o testemunho? Esse, por sua vez, é um relato dado por um indivíduo que tem conhecimento sobre um passado, porém busca-se no testemunho uma memória comunicativa, algo que não está escrito ou registrado em nenhum outro lugar, informações que se diferem da registrada na memória cultural. No caso da memória de povos nativos da América Latina, João Camillo Penna relata que:

A importância do testemunho na América Latina espanhola está ligada à possibilidade de dar expressão a culturas com uma inserção precária no universo escrito e uma existência quase que exclusivamente oral. (2003, p. 305)

Percebemos então que, no entendimento de Penna, assim como defendido anteriormente, o historiador, ou qualquer outro pesquisador, deve buscar o testemunho quando deseja buscar uma outra representação do objeto pesquisado. Representação essa que se difere do que é encontrado amiúde nos documentos escritos em geral. Os testemunhos de membros de comunidades sem muito acesso a escrita costumam se diferenciar ainda mais

de uma memória cultural estabelecida, pois esta comunidade acaba não tendo conhecimento desta memória escrita e/ou arquivada.

Essas comunidades exemplificadas aqui teriam predominantemente uma memória comunicativa, uma cultura oral. Neste caso, a testemunha seria somente aquela que viu o acontecimento histórico? Jeane Marie Gagnebin nos explica que:

Testemunha não seria somente aquele que viu com seus próprios olhos, o *histor* de Heródoto, a testemunha direta. Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente. (2006, p. 57)

Nas afirmações de Gagnebin, percebemos que há um diálogo com a ideia de “memória comunicativa” de Assmann, pois é essa memória, que se passou de geração em geração, também compõe a memória testemunhal. E como esse jogo de representação, que passa por gerações, traz alguns questionamentos a respeito do testemunho e como ele é tratado na historiografia. Por vezes aparecem questionamentos sobre a confiabilidade do testemunho: será que este testemunho é confiável? Paul Ricoeur é um dos autores que questionam: “até que ponto o testemunho é confiável? Essa questão põe diretamente na balança a confiança e a suspeita” (RICOEUR, 2007, p. 171).

Ricoeur traz algumas formas de garantir uma confiabilidade da memória, onde ele afirma a necessidade de provar aquilo que foi dito, em busca de provas documentais e biográficas. Há na obra dele uma valorização do documento escrito, do arquivo. Outra forma de perceber a confiabilidade do testemunho é apresentada por Ricoeur:

A testemunha confiável é aquela que pode manter seu testemunho no tempo. Essa manutenção aproxima o testemunho da promessa, mais precisamente da promessa anterior a todas as promessas, a de manter sua promessa, de manter a palavra. (2007, pág. 174).

Neste caso, Ricoeur fala de uma perpetuação da memória no tempo. Porém esta memória não sofreria alterações durante o tempo? O presente não interfere na memória? A alteração dessa memória a torna menos confiável? Acredito que a cada momento o indivíduo represente o passado de uma determinada forma, e isso não torna o testemunho menos confiável, apenas traz uma interpretação, cabe ao historiador lidar com tantas formas de representação.

Percebemos que há uma metodologia traçada por Ricoeur para garantir a confiabilidade do testemunho, além da preocupação de uma prova empírica para a sua utilização. Porém, tal preocupação deixam algumas dúvidas: é tão importante que estes relatos sejam provados empiricamente? O documento arquivístico não seria também uma forma de representação do passado, assim como a memória? Se ambas são formas de representar o passado, por quê há uma supremacia da representação escrita?

Para lidar melhor com a memória é importante entender que ela tem uma objetividade. A memória defende algo em que acredita, a testemunha não está simplesmente relatando o passado, está fazendo política, escolhas conscientes ou não do que relatar sobre o passado. Em defesa disso, Beatriz Sarlo argumenta que:

O discurso da memória, transformado em testemunho, tem a ambição da autodefesa; quer persuadir o interlocutor presente e assegurar-se uma posição no futuro; justamente por isso também é atribuído a ele um efeito reparador da subjetividade. (2007, p. 54)

Nota-se que a memória ao representar o passado de uma dada maneira, busca um objetivo, muitas vezes político, e deve ser compreendida com cautela. É muito plausível questionar então a relevância deste testemunho, uma vez que ele tem um objetivo presente, o que interfere na sua representação do passado. Não devemos negar que a fonte oral tem que ser trabalhada de forma diferenciada da fonte escrita, mas a fonte escrita também representa o passado, e não cabe um juízo de valor sobre qual representação seria mais viável de ser utilizada como fonte historiográfica. Afinal, ambos estilos de fontes são capazes apenas de representar o passado, e não de reconstruí-lo.

É impossível descrever o passado como ele foi. Chartier afirma que “o testemunho da memória é o fiador da existência de um passado que foi e não é mais” (2010, p.24). Portanto, ao trabalhar com memória deve-se compreender que não há um testemunho que reconstrua o passado. Sarlo também nos alerta a essa problemática, chamando-a de “utopia de um relato completo.” (2007, p. 50).

Apesar de ser necessária toda discussão sobre a construção da memória humana e do testemunho, este ainda é um tema que está longe de ser esgotado, sendo talvez inesgotável.

O fenômeno da memória, na variedade de suas ocorrências, não é transdisciplinar, somente no fato de que não pode ser definido de maneira unívoca por nenhuma área; dentro de cada disciplina ele é contraditório e controverso. (ASSMANN, 2011, p. 20).

Por fim, é notável que a discussão da memória é de extrema complexidade em todas as disciplinas, não sendo diferente na disciplina histórica. Apesar de não sermos capazes de compreendê-la de forma completa, é importante compreender minimamente tal discussão para buscar novos caminhos metodológicos para a utilização do testemunho.

A memória como produtora de presença

A memória pode apresentar relatos sobre vários acontecimentos passado, inclusive de acontecimentos traumáticos para o depoente. Este tipo de acontecimento, que geram traumas, é conceituado por Temístocles César (2012) como “acontecimento-lime”. Ao criar tal conceito, Cezar defende que o manuseio das memórias criadas a partir desses acontecimentos deve ocorrer de forma diferenciada. Afinal, na construção de uma narrativa testemunhal, principalmente quando se trata de uma memória de um “acontecimento-limite”, seja a testemunha vítima ou de um familiar da vítima, é notável que essa memória estará repleta de emoção, devido a ligação pessoal e emotiva que a testemunha tem com o relatado. Essa perspectiva permite questionar: como o historiador deve lidar com tal emoção?

Hans Ulrich Gumbrecht (2010) nos dá uma pista em sua obra intitulada *Produção de Presença*. Nela o autor defende a ideia que toda forma de expressão, seja ela oral, artística, escrita ou qualquer outra que se possa imaginar, são capazes de produzir tanto efeito de sentido, quanto efeito de presença. Produção de sentido seria a produção de um sentido lógico, daquilo que é entendido ao ler uma obra, tão buscado pelos trabalhos científicos. Por outro lado:

A expressão “produção de presença” sublinharia que o efeito de tangibilidade que surge com as materialidades de comunicação é também um efeito em movimento permanente. Em outras palavras, falar de “produção de presença” implica que o efeito de tangibilidade (espacial) surgido com os meios de comunicação está sujeito, no espaço, a movimentos de maior ou menor proximidade e de maior ou menor intensidade. (Ibidem, p. 38/39).

Entende-se por “produção de presença”, ou “efeito de presença”, aquilo que é sentido corporalmente por quem entra em contato com uma obra ou numa relação comunicativa. Este conceito foi elaborado pensando nas estéticas de obras artísticas, como a poesia enquanto obra literária é capaz, através de sua estética de versos e estrofes, produzir um efeito de presença.

Vale ressaltar que este conceito não foi desenvolvido para a análise de memórias, e sim para analisar obras onde a estética produtora de sentido é pensada previamente. Talvez esta seja uma crítica possível a utilização do conceito de “produção de presença” para a memória, pois a estética de um testemunho não é pensada previamente, e sim apresentada espontaneamente no momento do relato.

Mesmo entendendo a complexidade de fazer tal relação, ao levarmos o conceito de “produção de presença” para o estudo do testemunho, seria possível afirmar que os fatos contados pela testemunha, a ordem e o sentido que aquilo traz, seria o “efeito de sentido” de uma memória. Por outro lado, a emoção que a pessoa sente e passa ao tratar de determinados assuntos, seriam os “efeitos de presença”. A memória então seria carregada tanto de efeitos de presença como de sentido, afinal:

A redescoberta dos efeitos de presença e o interesse nas ‘materialidades da comunicação’, o ‘não hermenêutico’ e a ‘produção de presença’ não eliminam a dimensão da interpretação e da produção de sentido. (Ibidem, p. 39).

Apesar da possibilidade da coexistência de efeitos de sentido e presença numa mesma obra, é notável que as produções historiográficas, principalmente as produzidas em meios acadêmicos, estão muito mais interessadas em produzir sentido, do que produzir presença. Fato justificável, afinal entende-se a história como um campo de estudo, sendo considerada por muitos historiadores como uma ciência, e não como o espaço de produção artística.

Neste caso, podemos compreender o testemunho emocionado da vítima como um grande produtor de “efeito de presença”, afinal quem escuta tal testemunho pode se emocionar, ou ter reações corpóreas com a emoção da testemunha. Por mais que a memória não tenha uma estética planejada, ela possui uma estética emocional produtora de presença. A utilização de uma fonte produtora de presença por uma disciplina moldada na produção de sentido pode se tornar complexa, por isso há uma necessidade de pensar alternativas para a utilização do testemunho na construção historiográfica.

Alternativas para a utilização do testemunho

Como utilizar esse “efeito de presença”, discutido anteriormente, na construção historiográfica? Talvez seja necessário traçar outro caminho para a utilização testemunhal

na escrita da história. Temístocles Cezar ao pensar sobre “acontecimentos-limite” já aponta a necessidade de uma mudança metodológica da história:

Parece claro, pelo menos pra mim, que as técnicas convencionais dos historiadores não são suficientes para a compreensão do Holocausto ou os chamados acontecimentos-limite em regimes policialescos [...]. Com efeito, não seria um exagero afirmar que esse tipo de estudo pode conduzir a reconsiderações das exigências da historiografia em geral. (2012, p. 40)

Cezar apresenta uma preocupação em relação aos métodos utilizados pela historiografia e como eles não dão conta dessas memórias. Portanto há uma busca por uma alternativa, por uma forma de utilização deste testemunho na construção historiográfica.

Ao pensar em uma nova forma metodológica, devemos levar em consideração às produções de sentido e efeito. Por este caminho, também devemos levar em consideração a questão da representação. Toda essa problemática pode trazer uma grande crise na construção historiográfica, pois caímos na crise das representações.

O historiador que toma consciência do caráter literário, até mesmo retórico, narrativo de sua empresa, não corre o risco de apagar definitivamente a estreita fronteira que separa a história das histórias, o discurso científico da ficção, ou ainda a verdade da mentira? (GAGNEBIN, 2006, pág. 41).

Este questionamento de Gagnebin poderia ser facilmente respondido pela reafirmação de que a história utiliza de métodos específicos de sua disciplina porém, neste ensaio, é questionado exatamente esse método. Ao repensar o método historiográfico, pensando em alternativas para a utilização do testemunho, primeiramente questiono a preocupação da confiabilidade da memória. É possível que essa preocupação dificulte o seu manuseio.

Tendo a consciência que a memória passa por um complexo processo de formação, havendo uma representação do passado, e não uma reprodução do que foi visto; e entendendo a crise das representações que vivemos nas humanidades; talvez o melhor caminho ao se trabalhar com o testemunho não seja a interpretação do que a memória está representando, mas sim a interpretação dessas representações. Estas memórias são capazes de ajudar na compreensão do porquê certos grupos representam um passado de uma dada maneira, e como surgem diferentes interpretações de um mesmo passado histórico.

Evidentemente, no se trata de oponer de manera mecánica una memoria ‘mítica’, a la aproximación científica y racional del historiador. Su tarea no consiste en intentar la memoria – personal, individual y colectiva -, sino en incluirla en un conjunto histórico más amplio. (TRAVERSO, 2013, p. 115).

Traverso sugere que a oposição a uma memória “mítica” não é o caminho mais adequado. O historiador deve incluir tal memória na sua construção historiográfica, mas compreendendo que ela é uma representação do passado e traz suas individualidades interpretativas. Uma alternativa ao lidar com os testemunhos, é incluí-la na construção histórica e buscar compreender o porquê que tal indivíduo ou tal grupo representa o passado desta maneira.

Uma segunda alternativa para a utilização do passado, parte de uma reflexão sobre a memória e o interesse em sua produção de presença. Ao tratarmos do efeito de presença, o caminho encontrado talvez seja trabalhar fora da historiografia, em alguma área artística, por exemplo. A arte sim pode ser um grande espaço para a discussão destas memórias, sem deixar de lado o efeito de presença produzido por elas.

Finalmente, a limitação da representação histórica diante da parte intransmissível de uma experiência extrema e traumática pode beneficiar-se de formas outras de representar o passado, pois intransmissível não significa indizível (Ricoeur, 2000:459). Resta-nos, ao menos, como escreve poeticamente Hermann Broch, também ele um sobrevivente do nazismo, sempre o Verbo. (CEZAR, 2012, p. 47)

Nesta obra, Cezar defende a utilização do testemunho em meios não historiográficos, como as artes. A historiografia, ao menos nos moldes metodológicos atuais, não consegue dar conta da produção de presença destas memórias. Apresenta-se então como uma saída, apenas a interpretação destas interpretações, tentando interpretar inclusive os efeitos de presença que essa memória é capaz de transmitir. É obvio que perderemos este efeito de presença ao fazer tal análise, mas, pensando pragmaticamente, é o único caminho que vejo como possível neste momento para a historiografia.

Vale ressaltar que Cezar (2012) nos dá exemplos de ótimas obras artísticas que trabalham a memória sem deixar se perder seu efeito de presença. *W ou le souvenir d'enfance*, uma obra literária que retrata uma busca pelas lembranças de infância, que ocorreram em Auschwitz. Além de *A morte e a donzela*, que é uma peça de teatro chilena, posteriormente transformada em obra cinematográfica, em que discute a memória de uma vítima de tortura de um regime ditatorial na América Latina. Ambas obras conseguem discutir de forma aprofundada a memória sem deixar de produzir presença. Técnica que se apresenta muito improvável para a historiografia atual.

Considerações finais

Chega-se ao entendimento, portanto, que não há consenso em uma definição conceitual de memória, porém devemos entendê-la como uma construção social e de grande efeito na sociedade. Esta memória, independente de qual memória estamos falando, interfere diretamente, ou indiretamente, na construção do testemunho e no entendimento da sociedade.

Ao pensarmos na memória e no testemunho, foi proposto que seja associado às ideias de produção de sentido e presença, sempre atento nessas produções tanto da memória quanto do produto final que se produz dela. Afinal, a produção de presença também diz muito de uma obra, e ao limitar o trabalho historiográfico apenas na produção de sentido, perdemos toda contribuição que os efeitos de presença poderiam dar ao trabalho. Entendemos que devemos reconhecer os efeitos de presença das memórias e tentar não perdê-los ao longo do trabalho historiográfico.

Longe de conseguir traçar uma nova metodologia da história, neste artigo foi apresentado perspectivas que podem ajudar, nós historiadores, a pensar em novos direcionamentos da disciplina histórica. O problema já foi percebido por muitos historiadores, porém é compreensível que estamos longe de conseguir dar conta dessa problemática. É importante ter em mente que esse problema metodológico não se resume a história, mas sim a todas as disciplinas das humanidades, pois a busca acadêmica e/ou científica é muito focada nesta produção de sentido, esquecendo os efeitos de presença que podem ser produzidos. Os efeitos de presença ficam entendidos apenas como arte não servindo para o meio acadêmico.

Distante de tentar esgotar toda essa discussão metodológica, este artigo encerra-se apenas como questionamentos e sugestões para o ofício do historiador e os manuseios da memória. Espera-se que estas discussões continuem sendo trabalhadas pelos historiadores, e demais pesquisadores da memória, a fim de melhorarmos nossa compreensão metodológica a respeito da história e da utilização da memória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSMANN, Aleida. **Espaços de recordação**: Formas e transformações da memória cultura. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2011.

CEZAR, Temístocles. Tempo presente e usos do passado. In. VARELLA, F. F. (Org.)... [et al.]. **Tempo presente & usos do passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa [Portugal]: Difel, 1990.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de Presença**: o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC Rio, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

PENNA, João Camillo. Este corpo, esta dor, esta fome: notas sobre o testemunho hispano-americano. In.: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **História, memória, literatura: O testemunho na era das catástrofes**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2003.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

TRAVERSO, Enzo. **La singularidade de Auschwitz**. Un debate sobre el uso de la historia. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/23075914>>. Acessado em: 09 de agosto de 2013.